



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



THALES ALVES MOREIRA

SAÚDE FINANCEIRA DO POLICIAL MILITAR DE GOIÁS

GOIÂNIA-GO

2025

THALES ALVES MOREIRA

SAÚDE FINANCEIRA DO POLICIAL MILITAR DE GOIÁS

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Danilo da Silva Andrade.

GOIÂNIA-GO

2025

Saúde Financeira do Policial Militar do Estado de Goiás

Financial Health of the Military Police of Goiás

Thales Alves Moreira¹

Danilo da Silva Andrade²

Resumo

O trabalho surgiu da vontade de descobrir a atual situação financeira do policial militar de Goiás independente de graduação ou posto. Primeiro foi exposto conceitos básicos como o de educação financeira, depois demonstrou-se o cenário atual da remuneração dos policiais militares por patente. Posteriormente realizou-se a aplicação de um questionário online para descobrir a situação financeira de cada respondente e o grau de conhecimento. As respostas possibilitou observar e comparar os resultados ao associa-las, exemplo a quantidade de casados, de policiais que possuem financiamento residencial, que fazem horas extras e qual seu nível de endividamento e conhecimento financeiro, assim como a porcentagem de solteiros, os que possuem financiamento veicular, ou que não fazem gestão de seus recursos ou ainda que o tempo de polícia parecer influenciar no nível de endividamento, não pode-se assegurar que por ser os mais modernos o grau de endividamento vai ser maior visto que imaginasse que no início da carreira o policial ainda tem que conquistar uma estrutura, como casa, carro. Existem policiais com maior tempo de polícia endividados a ponto de que realizam horas extras para cumprir seus compromissos. Logo, pode-se perceber a importância da introdução de matérias de cunho financeiro nos cursos de formação, seja em curso de praças ou nos de oficiais. Apesar de ser uma das polícias militares de maior remuneração do Brasil, a administração é tão importante quanto o valor da remuneração. A tropa bem paga trabalha mais motivada, porém o endividamento influencia na excelência do trabalho prestado.

Palavras-chave: Educação Financeira; Saúde; Atual; Endividamento.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: thalesalvesm@gmail.com. Telefone: (62)99435-2660.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Licenciatura em Educação Musical e Especialista em Coaching Email: danilo.andrade@pm.go.gov.br. Telefone:(62)98267-1499.

Abstract

The work arose from the desire to understand the current financial situation of military police officers in Goiás, regardless of rank or rank. First, basic concepts such as financial literacy were discussed, followed by a demonstration of the current pay situation for military police officers by rank. Subsequently, an online questionnaire was administered to determine each respondent's financial situation and level of knowledge. The responses allowed us to observe and compare the results by linking them, such as the number of married individuals, officers with mortgages, those who work overtime, and their level of debt and financial knowledge. The percentage of single individuals, those with vehicle loans, or those who do not manage their resources, as well as the percentage that appears to influence debt levels, cannot be said to be higher because they are more modern, since it would be assumed that at the beginning of their careers, officers still need to acquire infrastructure, such as a house and a car. Some officers with longer tenure are so indebted that they work overtime to meet their commitments. Therefore, it's clear how important it is to include financial-related topics in training courses, whether for enlisted personnel or officers. Despite being one of the highest-paid military police forces in the country, management is as important as pay. Well-paid troops are more motivated to work, but debt impacts the quality of their work.

Keywords: Financial Education; Health; Current; Indebtedness.

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira é um processo pelo qual consumidores e investidores ampliam sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros. Através de orientações, informações ou aconselhamentos imparciais, eles desenvolvem competências e confiança para lidar melhor com decisões econômicas, reconhecendo riscos e oportunidades, buscando apoio quando necessário e adotando atitudes que contribuam para seu bem-estar financeiro (Banco Central do Brasil, 2019).

Conforme Pinheiro (2008), a educação financeira é um tema de relevância global, sendo reconhecido por governos e instituições como essencial para capacitar os cidadãos. Nesse contexto, destaca-se o trabalho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que atua através do Centro de Educação Financeira e Alfabetização OCDE/CVM para promover ações eficazes de educação financeira na América Latina e no Caribe (OECD, 2016). Entre essas ações estão reuniões, estudos, compartilhamento de experiências e avaliações entre países.

No cenário nacional, conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, elaborada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2025), em maio de 2025, 78,2% da população brasileira encontrava-se endividada, 29,5% das famílias estavam com contas em atraso, o maior índice desde outubro de 2023, 12,5% afirmaram não ter condições de pagar suas dívidas em atraso. Congruente com o Banco Central (BACEN, 2025), em abril de 2025, o comprometimento médio da renda individual com o serviço da dívida bancária foi de 27,2%, o maior patamar desde julho de 2023, antes do programa Desenrola. Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015) afirmam que, com a grande oferta de produtos e serviços, o marketing agressivo e as pressões sociais, muitos indivíduos acabam se endividando e por impulso na hora de comprar ou oportunidades que, a longo prazo, impactam negativamente sua vida financeira. Diante desse contexto, torna-se fundamental adquirir conhecimentos e habilidades financeiras.

Para Pinheiro (2008), os conceitos de endividamento e educação financeira estão interligados, visto que indivíduos com formação financeira adequada tomam decisões mais conscientes quanto ao uso de seus recursos, evitando consequências negativas no futuro. Faveri, Kroetz e Valentim (2012) reforçam que a função da educação financeira é proporcionar às pessoas ferramentas que lhes permitam administrar melhor sua renda,

favorecendo a economia e a execução de investimentos. Ainda sobre o tema do endividamento, Claudino, Nunes e Silva (2009) destacam que cidadãos financeiramente educados contribuem para o desenvolvimento econômico do país. Isso ocorre porque, ao praticarem o consumo responsável, conseguem poupar, e esses recursos acumulados podem ser utilizados pelo Estado em projetos que fomentam o crescimento da economia.

O uso consciente do dinheiro e os bons hábitos financeiros trazem benefícios tanto no presente quanto a longo prazo, inclusive na preparação para a aposentadoria, como apontam Faveri, Kroetz e Valentim (2012). Na literatura científica, ainda são escassos os estudos que abordam a educação financeira focando em servidores públicos, especialmente os policiais militares. Conforme o IBGE (2023), a administração pública responde por aproximadamente 18% a 20% do PIB brasileiro. Em Goiás, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) o Poder Executivo representa a maior parcela de despesa na folha de pagamento do estado. De acordo com o Portal de Transparência 12,7% de toda a folha do Poder Executivo estadual é gasto diretamente com a Polícia Militar. Conforme o relatório "Contas do Governador" (Volume I e II de 2024), ano base 2023/2024, foram gastos R\$1.905 bilhões em folha de pagamento dos servidores militares ativos e inativos da Polícia Militar de Goiás. Assim, espera-se que esta pesquisa contribua para que instituições públicas, universidades e agentes de mercado possam desenvolver políticas de educação financeira voltadas a esses profissionais.

O artigo visa analisar a vida financeira atual do policial militar de Goiás. A análise surge da problemática de verificar o número de policiais estão com problemas de saúde financeira, vindos de diversas origens como por exemplo da falta de educação financeira, da grande oferta de créditos para os policiais militares, do descontrole gerado com as linhas de créditos oferecidos como consignados, cartões de créditos, consórcios, créditos pessoais entre outros produtos bancários, da quantidade de pensões alimentícias, além disso o trabalho visa analisar se há divergência do endividamento policial masculino para o feminino, se o descontrole financeiro não surge ao se tornar policial, mas se é algo que carrega da vida civil, se a quantidade do atual efetivo da policial militar do estados de Goiás que realiza hora extra é alta, analisar a correlação da saúde financeira e mental do policial militar goiano, entre outras descobertas.

Pesquisas realizadas em ambientes militares apontam que a função policial é altamente estressante e pode provocar sérios problemas psicológicos (Lieberman *et al.*, 2002 *apud* Ferreira, 2016). Quando o estresse típico da profissão se soma a dificuldades financeiras, esses problemas podem se intensificar. Keese e Schmitz (2014) argumentam que

indivíduos endividados tendem a apresentar níveis mais elevados de ansiedade e estresse, podendo desencadear doenças psicossomáticas, comprometendo a saúde geral.

A estrutura da pesquisa foi dividida em cinco partes: introdução, revisão de literatura, metodologia, Resultados e Discussão, e Conclusão.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

No século XX houve grandes mudanças sociais, políticas e econômicas no mundo. Em 1961 criou-se a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com a missão de promover políticas de desenvolvimento econômico e comércio mundial. A OCDE desenvolve estratégias de Educação Financeira em conjunto com governos, devido a complicações sociais e econômicas geradas pelo baixo nível de letramento financeiro das suas populações. Em seu estudo intitulado *Millennials e Alfabetização Financeira: Uma Perspectiva Global* Lusardi e Oggero (2017) citam uma pesquisa feita pela S&P Global Financial Literacy Excellence Center com 150.000 pessoas em 140 países sobre o nível de alfabetização financeira. Resultados divulgados em 2015 mostram que apenas cerca de um em cada três adultos no mundo (aproximadamente 33%) possui nível básico de alfabetização financeira, definido como conhecimento em pelo menos três dos quatro conceitos-chave: numeracia, juros compostos, inflação e diversificação de risco.

Além disso, há uma diferença de gênero – aproximadamente 35% dos homens são financeiramente alfabetizados, contra 30% das mulheres. A desigualdade socioeconômica também é visível — entre os 60% mais ricos em economias emergentes, apenas cerca de 31% possuem alfabetização financeira, enquanto entre os 40% mais pobres, esse índice cai para 23%.

Uma pesquisa global da S&P Global de 2016 aponta que, no Brasil, apenas 35% dos adultos estavam alfabetizados financeiramente — um índice abaixo da média dos países do G20 (~55%). Isso indica que aproximadamente 65% não têm o nível mínimo necessário para tomar decisões financeiras bem informadas. Entre os países do bloco BRICS, a média de alfabetização financeira era de apenas 28%, mostrando que o Brasil estava levemente acima de Rússia, Índia, China e África do Sul. Isso é importante, visto que níveis baixos de alfabetização aumentam o risco de endividamento, uso inadequado de crédito, fraudes e tomada de decisões prejudiciais à saúde financeira.

Criada oficialmente em 2010, através do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) é uma iniciativa do governo brasileiro criada para promover a educação financeira, previdenciária, fiscal e de seguros no país, com foco no desenvolvimento da cidadania financeira e na melhoria da qualidade de vida da população. A ENEF tem como principais finalidades: Capacitar os cidadãos para tomar decisões conscientes sobre finanças, consumo, poupança, crédito e previdência; promover a inclusão financeira e o uso responsável de produtos e serviços financeiros; combater o endividamento excessivo e melhorar a saúde financeira da população; incluir educação financeira no currículo escolar, desde o ensino fundamental até o médio.

Segundo dados do Banco Central do Brasil e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021 (PNAD Contínua): Mais de 96% da população adulta brasileira (maior de 18 anos) possui alguma relação com instituições financeiras — seja através de conta bancária, cartão de crédito, conta digital, financiamento, empréstimos ou outros produtos. A quantidade de contas bancárias ativas ultrapassa 500 milhões, considerando contas em bancos tradicionais, digitais e cooperativas. Cerca de 88% dos brasileiros possuem conta em banco ou fintech, segundo pesquisa do Instituto Locomotiva (2023). Os dados mais atuais apontam para um nível de bancarização recorde no Brasil: mais de 200 milhões de contas ativas e cerca de 82% da população com conta corrente. Esse crescimento acelerado nos anos recentes é resultado da popularização do PIX e da expansão das fintechs e bancos digitais.

A educação financeira pode ser compreendida sob diferentes perspectivas teóricas e institucionais, todas convergindo para a preparação de cidadãos mais conscientes e preparados para lidar com as finanças no cotidiano. Segundo Lusardi e Mitchell (2011), trata-se da capacidade de processar informações econômicas e tomar decisões bem fundamentadas sobre temas como juros compostos, inflação e diversificação de risco.

Huston (2010) amplia esse entendimento ao considerar que a educação financeira envolve tanto o conhecimento de conceitos quanto a habilidade de aplicá-los na prática. No contexto brasileiro, Medeiros (2018) enfatiza a educação financeira como um processo contínuo de formação de atitudes responsáveis que contribuem para o planejamento pessoal e a melhoria da qualidade de vida. Complementando essa visão, Silva e Oliveira (2020) destacam seu papel como instrumento de transformação social, capaz de promover consumo consciente e reduzir desigualdades.

De acordo com essas abordagens, o Banco Central do Brasil define a educação financeira como uma fase de desenvolvimento de habilidades e compreensão sobre produtos e

serviços financeiros, visando a tomada de decisões conscientes e a melhoria do bem-estar individual. O que corrobora Borges (2014) que diz que a educação financeira não é lecionar um grupo de métodos e procedimentos de como utilizar o dinheiro, mas sim desenvolver uma inteligência no indivíduo no uso dos recursos financeiros, tanto na compra de bens como em investimentos. A educação financeira na contemporaneidade é uma competência importante a ser desenvolvida na vida cotidiana. Wisniewski (2011) fala que a educação financeira está na agenda de Governos, Instituições financeiras e organizações educacionais como meio de mudança comportamental do consumo exacerbado presente na sociedade contemporânea, e consequente endividamento dos indivíduos. Logo, existe uma preocupação e um entendimento das Organizações Públicas e Privadas de que grande parte dos indivíduos não têm acesso a informações financeiras.

A falta de educação financeira dá origem a problemas de endividamento e restrições de crédito, devido a negatização em organizações de crédito. Fiorantini (2018) em pesquisa realizada com Policiais Militares do Estado de Santa Catarina (PMSC), concluiu que o problema do endividamento decorre da falta de planejamento financeiro e não apenas da renda. Schimitt (2020), estudou a PMSC e destacou a carência de uma formação contínua dentro das corporações. Farias (2022) no Rio Grande do Norte conduziu pesquisa com 134 policiais militares e concluiu que o baixo letramento financeiro está diretamente ligado ao superendividamento. Jesus (2023), avaliou o impacto de palestras sobre educação financeira em cadetes da Polícia Militar do Paraná e detectou melhora no conhecimento autopercebido sobre finanças. POTUK & GUIMARÃES (2024) em sua pesquisa com policiais militares do Paraná, aponta consequências graves do endividamento: corrupção, dependência química, desestrutura familiar e suicídio. HORA (2022), realizou pesquisa com os Policiais Militares do Estado de Alagoas, e defende a inclusão obrigatória da disciplina nos cursos da PMAL. Já COSTA (2019), na Paraíba, identificou o uso intensivo de crédito consignado e empréstimos informais.

Diuturnamente as pessoas sofrem influência através do marketing digital a consumir, isto é, tomarem decisões financeiras. A educação financeira assume, na atualidade, um papel de protagonismo como causa para uma melhor qualidade de vida das pessoas e das famílias, pois possibilita a tomada de decisões financeiras mais conscientes por estes agentes.

2.2 ENDIVIDAMENTO

Conforme o Banco Central do Brasil (BCB), endividamento é o vínculo entre o valor das dívidas e o potencial de pagamento do consumidor, podendo ser medido pelo comprometimento da renda com dívidas mensais. Para o IBGE – Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), considera endividadas as famílias que possuem qualquer tipo de dívida, como cartão de crédito, cheque especial, crédito consignado, carnês e financiamentos. Já para a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON/MJSP), endividamento é o uso de crédito que gera obrigações financeiras periódicas, as quais devem ser equilibradas com o orçamento familiar para evitar o superendividamento.

Santos e Oliveira (2020) fala que o endividamento pode ser classificado como saudável quando está planejado, controlado e dentro da capacidade de pagamento; ou como problemático, quando compromete a renda básica e leva à inadimplência. Moraes e Silva (2017) diz que o endividamento se caracteriza pelo acúmulo de dívidas que excedem a capacidade de pagamento regular de uma pessoa ou família, podendo afetar sua saúde emocional, convívio social e desempenho profissional. E Silva e Silva (2014) expõem que o endividamento é o comprometimento de parte da renda presente ou futura com obrigações financeiras assumidas, geralmente resultantes de consumo a crédito ou má gestão do orçamento doméstico.

O endividamento no Brasil atingiu níveis elevados recentemente, colocando em evidência sua dimensão econômica e social. De acordo com a Confederação Nacional do Comércio (CNC), 78,8 % das famílias brasileiras estavam endividadas em maio de 2024, o maior patamar desde novembro de 2022. Ainda em maio de 2025, o índice se manteve alto em 78,2 %, com 29,5 % das famílias em situação de inadimplência — ou seja, com contas atrasadas — o que representa o maior nível desde outubro de 2023. Em janeiro de 2025, o comprometimento da renda chegou ao recorde de 27,2 % do rendimento familiar, conforme dados do Banco Central alimentados pela CNC. Mês a mês, observa-se que até 76,1 % das famílias estavam endividadas em fevereiro de 2025, e 20,8 % delas destinavam mais da metade de seus rendimentos ao pagamento de dívidas, o maior percentual desde maio de 2024. Esses números confirmam que o endividamento doméstico não se resume à tomada de crédito, mas implica alto comprometimento orçamentário, riscos de inadimplência e ameaças à estabilidade financeira das famílias, impactando diretamente sua qualidade de vida e dignidade. A situação evidencia a necessidade urgente de educação financeira e regulação do crédito, conforme apontam Silva & Silva (2014), Moraes & Silva (2017), e as definições do Banco Central do Brasil e IBGE.

2.3 CRÉDITO

O conceito de crédito tem sido abordado por diversos autores e instituições, destacando sua relevância para o funcionamento da economia e a gestão financeira dos indivíduos. Assaf Neto (2003) define o crédito como a confiança depositada na promessa de pagamento futuro, caracterizando-o como uma transferência de recursos entre agentes com condições previamente acordadas. Ross, Westerfield e Jaffe (2002) complementam essa perspectiva ao descrever o crédito como a concessão de fundos baseada na confiança, geralmente acrescida de juros que remuneram o risco assumido.

Na mesma linha, a Serasa Experian (2022) considera o crédito como a capacidade de uma pessoa ou empresa de obter recursos emprestados, refletindo sua reputação e histórico de pagamento. Do ponto de vista institucional, o Banco Central do Brasil define o crédito como o ato de emprestar recursos financeiros mediante contrato, com cláusulas sobre prazos, encargos e formas de pagamento. O SEBRAE, por sua vez, enfatiza o uso consciente do crédito, alertando para os custos envolvidos e o risco de inadimplência, especialmente entre pequenos negócios. Já a OCDE (2022) reforça o papel estruturante do crédito nas economias modernas, mas destaca a necessidade de políticas públicas de proteção ao consumidor para evitar práticas abusivas e o superendividamento. Assim, o crédito é compreendido como um instrumento fundamental de alocação de capital, cuja efetividade depende da confiança, da regulação e da capacidade de gestão financeira dos agentes envolvidos.

2.4 CONSUMO CONSCIENTE E RELACIONAMENTO COM O DINHEIRO

O consumo consciente e o relacionamento com o dinheiro são dois conceitos interligados e centrais na educação financeira e na preparação de cidadãos financeiramente equilibrados. De acordo com o Instituto Akatu (2002), consumo consciente nada mais é que o ato de consumir sem deixar de refletir os impactos sociais, ambientais e econômicos do consumo. Segundo Veiga (2008), o consumo consciente se traduz em uma alteração de atitude do consumidor, que passa a pensar nos colaterais de suas escolhas em lugar de agir por impulso. Já para Almeida e Nascimento (2016), consumir conscientemente é usar os recursos racionalmente e com responsabilidade, visando o bem-estar não só pessoal, mas coletivo, logo evita-se o endividamento e o desperdício. Por seu turno, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) define o consumo consciente como o ato de consumir de forma a diminuir as consequências negativas sobre o meio ambiente, a sociedade e a economia, sem

desrespeitar os direitos do consumidor. Em paralelo, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) traduz como sendo a prática de escolher, na hora de consumir, com responsabilidade socioambiental, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Para Rebouças (2020) o relacionamento com o dinheiro está ligado ao comportamento, sentimento e pensamento das pessoas relacionado aos seus recursos financeiros, influenciado por fatores emocionais, culturais e educacionais. Essa visão é reforçada por Argenta et al. (2018), que expõem o relacionamento com o dinheiro como sendo a soma de atitude e crenças criadas desde a infância e que ao decorrer dos anos determina a forma como o indivíduo vai lidar com o consumo, poupança e dívidas.

Para órgãos governamentais, como Banco Central do Brasil (BCB), consumir conscientemente significa ter um relacionamento saudável com o dinheiro, ou seja, ter controle das finanças, escolher conscientemente, planejar o futuro e buscar equilíbrio entre necessidades e desejos. Em seu turno, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) reforça a importância da autonomia, da compreensão dos limites do crédito e da capacidade de poupança como pilares desse relacionamento. Assim, ambos os conceitos convergem para a estruturação de uma vida financeira saudável, baseada em escolhas conscientes e responsáveis.

2.5 CARACTERIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

Fundada em 28 de julho de 1858, por meio da Resolução nº 13 assinada pelo presidente da Província de Goyaz, Dr. Januário da Gama Cerqueira, a corporação nasceu como Força Policial da Província de Goyaz, com efetivo inicial de 46 homens que atuavam em Vila Boa (atual Cidade de Goiás), Arraial e Palma (JORNAL GOIÁS, 2022). Já na República, foi novamente renomeada ao longo do tempo: Companhia de Polícia de Goyaz, Batalhão de Polícia de Goyaz, até finalmente assumir a etiqueta de Polícia Militar do Estado de Goiás, definida pela Constituição de 1989. Atualmente, a PMGO é uma das instituições mais antigas e respeitadas do Estado, desempenhando papel essencial na segurança pública e na preservação da ordem, completando 167 anos de história em 2025, com reconhecimento como patrimônio público da sociedade goiana.

Estudos e relatórios apontam avanços significativos na eficiência operacional e na redução da criminalidade no Estado, atribuídos à modernização gerencial, inteligência policial e expansão de unidades especializadas. Eficiência comprovada nos anos atuais devido a criação de planos estratégicos, implantação de novas unidades, aumento no cumprimento de

medidas protetivas, quedas anuais consecutivas de índices de criminalidade e aumento no nível de eficácia em abordagens operacionais.

A carreira se divide em praças e oficiais, com patentes distintas, exigindo grau de escolaridade diferentes (qualquer nível superior para praças; superior em Direito para oficiais). As promoções entre as patentes ocorrem por tempo de serviço, mérito ou Ato de Bravura. Os subsídios iniciam com R\$ 7.812,63 para soldados de 2ª classe e atingindo R\$ 38.647,78 para coronéis — um aumento de quase cinco vezes no valor base. O reajuste de 5,85 %, aplicado desde janeiro de 2025, impulsionou os valores de ambas as carreiras, mas a maior valorização ocorre nos saltos entre oficiais, refletindo a estratégia da corporação em reter quadros superiores.

3 METODOLOGIA

O artigo em questão visa analisar a vida financeira atual do policial militar do estado de Goiás. A análise surge da problemática de verificar a quantidade de policiais que estão com problemas de saúde financeira, de origens diversas como da falta de educação financeira, da grande oferta de créditos para os policiais militares, do descontrole gerado com as linhas de créditos oferecidos como consignados, cartões de créditos, consórcios, créditos pessoais entre outros produtos bancários oferecidos, se a quantidade do atual efetivo da policial militar do estados de Goiás que realiza hora extra é alta, entre outras descobertas. A método a ser utilizado para a descoberta será pesquisa de campo. Através da pesquisa será possível deduzir, comparar e até mesmo analisar se é um costume histórico, entre outras possibilidades que serão alcançadas através da pesquisa.

Posteriormente analisaremos os endividamentos típicos da categoria através das pesquisas realizadas, onde será possível fazer comparações e deduções, para que no final proponha-se algo que contribua com os policiais. A pesquisa será realizada através da aplicação de uma lista com perguntas fechadas (*online-Google Forms*). O tipo de pesquisa escolhido será a quali-quantitativa.

Conforme o relatório de agosto de 2024, o efetivo da polícia militar do estado de Goiás é composto por um número de 12.659 militares policiais existentes (homens e mulheres) espalhados entre os 246 municípios do estado. A pesquisa será realizada com dois públicos, os alunos da 5ª Companhia do Curso de formação de Praças de 2025, que conta com um efetivo de 94 alunos, já a pesquisa com os policiais efetivos o objetivo é atingir o maior

número possível, sendo o foco maior com os policiais militares da academia de polícia e do quadro das especializadas como Giro e Rotam.

O questionário será dividido em quatro seções, perfil sociodemográfico, conhecimentos em educação financeira, produtos bancários que já contrataram e estado de endividamento. Período de aplicação do questionário será do dia 01 a 31 de Julho de 2025. Os dados serão tabulados (gráficos e tabelas) no programa Microsoft Excel (2010) e analisados e interpretados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo realizado visou descobrir a real situação financeira do policial militar goiano ao questionar o grau de conhecimento sobre os assuntos bancários e financeiros, sua renda e compromissos que possuem. O questionário foi dividido em 15 perguntas, que contém o perfil sociodemográfico, educação financeira, planejamento financeiro, endividamento, nível de conhecimento sobre o assunto e produtos que a categoria tem contratado.

4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

O início do questionário foi utilizado para identificar o perfil sociodemográfico dos policiais militares de Goiás participantes da pesquisa.

Tabela 1 - Perfil Sociodemográfico (sexo, estado civil, escolaridade e faixa etária).

VARIÁVEIS	ALTERNATIVAS	FREQUÊNCIA	%
SEXO	MASCULINO	75	96,2
	FEMININO	3	3,8
ESTADO CIVIL	SOLTEIRO (A)	22	28,2
	CASADO (A)	49	62,8
	UNIÃO ESTÁVEL	5	6,4
	SEPARADO(A)/DIVORCIADO(A)	2	2,6
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	NÍVEL SUPERIOR	75	96,15
	NÍVEL MÉDIO	3	3,85
FAIXA ETÁRIA	18 A 25 ANOS	5	6,4
	26 A 35 ANOS	37	47,4
	36 A 45 ANOS	30	38,5
	46 A 55 ANOS	5	6,4

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Sobre gênero, os resultados não surpreendem visto que prevalece o masculino, 96,2% (75 militares). O concurso da Polícia Militar de Goiás reserva 90% das vagas para o público masculino, sobra assim, apenas 10% para o público feminino. Apesar disso, no último concurso oferecido, candidatas aprovadas nas fases totais que foram reprovadas só ao final do certame devido a essa reserva de 10% para as mulheres conseguiram através de recurso ingressarem na corporação. Em pesquisa mais recente realizada pelo Jornal Opção (2024), existem aproximadamente 1.249 policiais femininas em atividade. Conforme Ribeiro (2018), dentre o rol das Forças de Segurança Pública elencadas no art.144, a Polícia Militar possui o menor número de mulheres em seus quadros, fato ocorrido muitas vezes pelo baixo nível de interesse pelo público feminino, mas também fortalecido pela reserva de somente 10% das vagas para este público.

Quanto a faixa etária, a maior fatia foi entre 26 e 35 anos, 47,4% (37 militares), logo em seguida a maior faixa é entre 36 e 45 anos, 38,5% (30 militares). Isso prova que prevalece em seu quadro em atividade pessoas mais jovens, podendo indicar um grupo com maior probabilidade de endividamento devido seu nível de maturidade na tomada de decisões e por ser um público que ainda está em fase de início de sua vida financeira.

No que concerne ao estado civil, 62,8% (49 militares) responderam ser casados, 6,4% (5 militares) possuem união estável. Já solteiros representam 28,2% (22 militares) e os divorciados 2,6% (2 militares). Vale (2018) concluiu que possuir uma família influencia muito na tomada de decisões financeiras, nas oportunidades e custos financeiros. Através desse resultado prevalece a ideia de que boa parte dos policiais participam de um orçamento familiar e não o individual.

Sobre o nível de escolaridade dos respondentes do formulário aplicado, aproximadamente 96% (75 militares) afirmam possuir alguma formação, seja graduação, especialização, mestrado, pós-graduação e apenas 3,85% (3 militares) concluíram o nível médio ou fizeram um curso técnico. Fato esse explicado através de duas leis, Lei nº 15.704/2006, em seu inciso VII do § 2º do Art. 2º, tornou expresso o requisito de "ter concluído curso superior" para ingresso como praça (soldado) na PM-GO. E a Lei nº 14.851/2004 que dispõe no artigo 11 inciso I que para ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar — QOPM do Estado de Goiás somente poderão inscrever-se bacharéis em Direito. Fica evidente assim que a Polícia Militar de Goiás possui em seu quadro policiais

qualificados quanto ao nível de escolaridade. Silva (2018) no estudo que fez, chegou à conclusão que a escolaridade é o aspecto demográfico que tem maior influência na educação financeira das pessoas.

Tabela 2 – Renda Familiar

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA	%
ATÉ R\$ 7.813,00	24	30,8
DE R\$ 7.814,00 A R\$ 12.965,00	24	30,8
DE R\$ 12.966,00 A R\$ 19.879,00	22	28,2
DE R\$ 19.880,00 A R\$ 27.381,00	6	7,7
DE R\$ 27.382,00 A R\$ 38.648,00	2	2,5

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Quanto a Renda familiar dos participantes do questionário maior parte possui renda de até R\$ 12.965,00 (1 a 8 salários-mínimos) sendo 30,8% (24 militares) renda até R\$ 7.813,00 e 30,8% (24 militares) renda de R\$ 7.814,00 a R\$ 12.965,0. Já os que possui renda de R\$ 12.966,00 a R\$ 19.879,00 representam 28,2% (22 militares), 7,7% (6 militares) recebem de R\$ 19.880,00 a R\$ 27.381,00 e 2,6% (2 militares) recebem de R\$27.382,00a R\$ 38.648,00. Dentre as polícias militares do Brasil, a com maior média salarial bruta é a do Estado de Goiás. O formulário mostrou que até mesmo no início da carreira, o policial militar recebe mais do dobro da média salarial brasileira. Logo, um público que ao analisarmos, possui uma maior saúde financeira.

4.2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para entender melhor a saúde financeira do policial militar de Goiás foi colocado no questionário perguntas para compreender o grau de conhecimento sobre educação financeira, com foco em analisar a ciência sobre tópicos básicos, como por exemplo, taxas de juros e já tiveram algum contato com o assunto.

Tabela 3 – Conhecimento sobre o assunto financeiro

VARIÁVEIS	FREQUÊNCIA	%
NÃO CONHECE NADA	8	10,1
SOMENTE O	52	65,8

BÁSICO		
CONHECE BEM	19	24,1

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Já sobre o nível de conhecimento sobre o assunto financeiro, 65,8% (52) disseram conhecer somente o básico, 24,1% (19) conhece bem e 10,1% (8) não conhecem nada sobre o assunto. Fica evidente com essas respostas que a hipótese de haver erros nas tomadas de decisões e gerar um endividamento é significativa, ideia confirmada por Vieira, Bataglia & Faria (2011), que afirmam que a baixa educação financeira é um dos fatores que contribuem para o endividamento das famílias no Brasil.

Tabela 4 – Acesso sobre a importância da Educação Financeira

VARIÁVEIS	FREQÜÊNCI	%
SIM. FORA DA POLÍCIA	47	60,26
SIM. DENTRO DA POLÍCIA	14	17,95
NÃO	17	21,79

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Quanto a importância da educação financeira, 77,2% (61) respondeu já ter tido a informação da importância da Educação Financeira, porém a parte majoritária 59,5% (47) teve essa informação fora da polícia militar, evidenciando que o assunto não é ou é pouco ministrado na instituição, e os que consideram importante busca essa informação fora. Além disso, 21,5% (17) nem teve acesso sobre a importância da educação financeira. Tivemos um respondente que julga o assunto desnecessário ou assunto relacionado a algum partido político, mesmo sendo este um assunto apartidário, demonstrando que a probabilidade de endividamento, devido a julgamentos como esses, é alta.

4.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL

Nesta seção, buscou-se conhecer a atual situação financeira do policial militar de Goiás.

Tabela 5 – Tempo de Polícia

VARIÁVEIS	FREQÜÊNCI	%
ATÉ 1 ANO	24	30,77
DE 1 A 10 ANOS	23	29,49

DE 10 A 20 ANOS	22	28,20
MAIS DE 20 ANOS	9	11,54

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O concurso policial éo sonho de muitos que ingressam na instituição, seja por conta da atividade policial ou pela ideia da estabilidade financeira oferecida pelo concurso público. Neste formulário foi questionado o tempo que o policial já estava na instituição para ser analisado se esse fator interfere no endividamento. Dos respondentes, maior parte não possui mais de 10 anos de instituição, representando 60,7% (48), já os que obtém de 10 a 20 anos de serviço representam 27,8% (22), os que alcançou mais de 20 anos representa 11,54% (9).

Tabela 6 – Como avalia sua situação financeira

VARIÁVEIS	FREQUÊNCIA	%
APERTADO	39	50
ESTÁVEL	39	50

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Quanto ao assunto de como o policial enxerga sua situação financeira, o resultado mostrou que a despeito de todo o contexto de remuneração e nível de escolaridade, 50% (39 militares) estão com dificuldade de cumprir com os compromissos financeiros e 50% (39 militares) se consideram estável financeiramente. Ficando nítido que metade não está conseguindo tomar boas decisões financeiras.

Tabela 7 – Horas Extras e Gestão Financeira

VARIÁVEIS	ALTERNATIVAS	FREQUÊNCIA	%
NÃO PRECISA DE FAZER HORAS EXTRAS	SIM	42	53,85
	NÃO	36	46,15
FAZ HORAS EXTRAS	SIM	48	61,53
	NÃO	30	38,47
GESTÃO FINANCEIRA	FAÇO CONTROLE	49	62,82
	NÃO FAÇO GESTÃO	29	37,18

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No que concerne às horas extras, foi investigado tanto indispensabilidade de se fazer para conseguir cumprir os compromissos financeiros, quanto se o policial faz. Descobriu-se que 46,15% (36) não conseguem pagar as contas atuais se trabalhar o horário padrão da

carreira, é necessário realizar carga de trabalho na folga para que consiga. Em destaque, obteve-se um respondente que diz conseguir viver sem precisar de fazer horas extras, porém cumpre uma carga a mais de trabalho voluntariamente para que o valor conquistado seja utilizado para aumentar patrimônio e realizar investimentos, evidenciando que é um servidor que possui um conhecimento mesmo que empírico sobre o impacto de uma gestão sobre seus recursos.

Sobre a quantidade de policiais que realizam horas extras, 61,53% realizam. O intuito de confrontar esses dados foi descobrir que, mesmo que quase metade (46,15%) não conseguir cumprir os compromissos apenas com a remuneração da carga horária padrão, 61,53% realizam horas extras e fazem gestão financeira dos seus recursos.

Tabela8 – Investimento e Poupança

VARIÁVEIS	FREQUÊNCIA	%
POUPA MENSALMENTE	40	51,28
NÃO POUPA	38	48,72

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Dentre os policiais questionados, 48,72% (38) não investem nem poupam, vivem assim uma vida que tem o custo de toda a sua remuneração. Porém, 51,28% (40) investem ou poupam recursos, seja para ter uma reserva, empreender ou até mesmo investir.

4.2 FORMA DE AGIR

No que concerne a como o servidor se comporta ao tomar uma decisão financeira, foi dado a oportunidade de o respondente marcar quantas opções quisesse.

Tabela9 –Forma de consumo

VARIÁVEIS	FREQUÊNCIA	%
COMPARA PREÇOS PARA COMPRAR	49	62,82
COMPRA POR IMPULSO	13	16,67
JUNTA PARA COMPRAR A VISTA	17	21,79
ANALISA AS FINANÇAS ANTES DE UMA GRANDE	45	57,69

COMPRA

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No que concerne ao comportamento de comparar preços ao fazer uma compra, 63,3% alegaram realizar essa ação, 16,5% disseram comprar por impulso, 21,5% preferem juntar dinheiro e comprar à vista do que financiar, 58,2% analisam as finanças antes de alguma grande compra e 1,3% investem e compram a prazo se for uma negociação compensativa.

5 CONCLUSÃO

O trabalho em questão foi realizado para investigar a saúde financeira do policial militar de Goiás. O questionário aplicado, com perguntas relacionadas a educação financeira para justamente chegar ao conhecimento da saúde atual, foi eficaz para descobrir que boa parte da tropa não faz gestão de recursos, não conhece sobre as definições básicas dos produtos bancários, não conseguem cumprir seus compromissos se não realizarem horas extras e nunca teve acesso a educação financeira sendo que uma parte que teve acesso, não foi dentro da instituição.

O endividamento é presente em boa parte das famílias brasileiras. E constituir uma família é fator muito presente no endividamento, as escolhas financeiras são realizadas em grande maioria das vezes pensando no lar, com influência do cônjuge, filhos(as), ascendentes e outros. Boa parte dos respondentes endividados com produtos bancários são casados, confirmando tal tese.

Outra ressalva importante foi perceber que, mesmo com quase metade dos respondentes alegarem estar endividados, não fazem gestão financeira de seus recursos, não tem acesso a educação financeira e possuem produtos bancários contratados.

Dessa forma, a introdução da educação financeira nos cursos de formação da Polícia Militar de Goiás, já pode ser considerada não como algo para ser implementado no futuro, mas algo que está em atraso. A atitude a ser tomada com o foco não de resolver, mas de amenizar a situação é introduzir o conteúdo nos cursos de formação: Curso de Formação de Praças, Curso de Formação de Sargentos, Curso de Formação de Cabos, Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares, Curso de Habilitação de Oficiais Músicos, Curso de Formação de Oficiais, Curso de Oficiais da Saúde.

Em um estado com uma das melhores remunerações policiais e com grande oferta de horas extras para serem feitas é fácil encontrar policiais com dificuldade financeira e com cargas de horas extras altas para tentarem cumprir seus compromissos financeiros. Logo, nada adianta ser uma das polícias militares mais bem pagas se o policial não recebe conhecimento e treinamento de como administrar seus recursos.

REFERÊNCIAS

AKATU – INSTITUTO AKATU PELO CONSUMO CONSCIENTE. MANUAL DE EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO CONSCIENTE. SÃO PAULO: AKATU, 2002.

ALMEIDA, Maria Cristina; NASCIMENTO, Leandro. Educação financeira e consumo consciente. Curitiba: Appris, 2016.

ARGENTA, Daniel et al. Educação financeira comportamental. Porto Alegre: Bookman, 2018.

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. São Paulo: Atlas, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. CIDADANIA FINANCEIRA. BRASÍLIA: BCB, 2024. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. CIDADANIA FINANCEIRA: O QUE É ENDIVIDAMENTO E COMO LIDAR COM ELE. BRASÍLIA: BCB, 2024. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. GLOSSÁRIO CIDADANIA FINANCEIRA – CRÉDITO. BRASÍLIA: BCB, 2024. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2025.

BARBOSA, Fábio Júnior. Endividamento e desempenho funcional: uma análise entre policiais militares da Paraíba. TCC – Centro Universitário de João Pessoa, 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR. MANUAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA O CONSUMIDOR. BRASÍLIA: SENACON, 2022. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONSUMO SUSTENTÁVEL. BRASÍLIA: MMA, 2014. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2025.

CLAUDINO, Lucas Paravizo et al. Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2009.

COSTA, Edmilson Ferreira da. O endividamento de praças da Polícia Militar da Paraíba: causas e consequências. Trabalho de Conclusão de Curso – PMPB, João Pessoa, 2019.

DOMINGOS, Reinaldo. Terapia financeira: sua relação com o dinheiro. São Paulo: DSOP, 2020.

ENEF – ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA: VOLUME DO PROFESSOR. BRASÍLIA: MEC/ENEF, 2023. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2025.

FARIAS, Carlos Manoel Ferreira de. Endividamento de policiais militares do Rio Grande do Norte e seus reflexos na saúde financeira e qualidade de vida. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Potiguar, Natal, 2022.

FERREIRA, Leonardo Borges. Mesmo com o sacrifício da própria vida: vivências de prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares do DF. 2016.

FIORANTINI, Alexandre. Educação financeira: uma estratégia para combater o endividamento na Polícia Militar de Santa Catarina. Revista Lumen et Virtus, v. 9, n. 2, p. 223–240, 2018.

GUIMARÃES, Sinara; GONÇALVES, Rosiane Maria Lima; DE ANDRADE MIRANDA, Ingrid. Propensão ao Risco de Endividamento Excessivo dos Servidores Federais: Um Estudo na Universidade Federal de Viçosa–Campus Rio Paranaíba. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia | RBGE| ISSN 2237-1664, n. 12, pág. 24-49, 2015.

HORA, Denis Luiz. Educação financeira pessoal e sua importância na formação policial militar em Alagoas. Trabalho de Conclusão de Curso – PMAL/UNCISAL, Maceió, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PESQUISA DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR – PEIC. BRASÍLIA: IBGE/CNC, 2025. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2025.

IDEC – INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONSUMO CONSCIENTE E RESPONSÁVEL. SÃO PAULO: IDEC, 2023. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2025.

JESUS, Cristian Andres de. O impacto da educação financeira na formação de cadetes da Polícia Militar do Paraná. RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar, v. 4, n. 12, p. 1–15, 2023. Disponível em:

JORNAL GOIÁS. Polícia Militar do Estado de Goiás celebra 164 anos de fundação. 28 jul. 2022. Disponível em: <https://www1.jornalgoias.com.br/noticia/pmgo-celebra-164-anos/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MORAIS, Ana Paula; SILVA, Rodrigo. Gestão financeira pessoal e comportamento do consumidor endividado. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. G20/OECD INFE POLICY GUIDANCE ON FINANCIAL CONSUMER PROTECTION APPROACHES IN THE DIGITAL AGE. PARIS: OECD, 2022. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2025.

PINHEIRO, Ricardo Pena. Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão. São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

POTUK, Lucas Gabriel; GUIMARÃES, Luiz André Ribeiro. Ausência da cultura de educação financeira na Polícia Militar do Paraná: implicações pessoais e institucionais. RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar, v. 5, n. 2, 2024.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph; JAFFE, Jeffrey. Administração financeira. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, Eduardo; OLIVEIRA, Camila. Educação financeira e endividamento consciente: um estudo sobre as finanças das famílias brasileiras. Brasília: Editora da Universidade, 2020.

SCHIMITT, Jean Carlo. A importância da educação financeira para policiais militares. *Revista Lumen et Virtus*, v. 11, n. 1, p. 110–125, 2020.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA PEQUENOS NEGÓCIOS. BRASÍLIA: SEBRAE, 2023. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2025.

SERASA EXPERIAN. O QUE É CRÉDITO E COMO ELE FUNCIONA. SÃO PAULO: SERASA, 2022. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2025.

SILVA, João; SILVA, Maria. O endividamento das famílias brasileiras: causas e consequências. São Paulo: Atlas, 2014.

VALENTIM, ILDA et al. Responsabilidade socioambiental pelo consumo consciente. *SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA*, v. 9, 2012.

VEIGA, José Eli da. Cidadania e meio ambiente. São Paulo: Senac, 2008.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO: ARTIGO EM PUBLICAÇÃO PERIÓDICA CIENTÍFICA IMPRESSA: APRESENTAÇÃO. RIO DE JANEIRO, 2003.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO: REFERÊNCIAS: ELABORAÇÃO. RIO DE JANEIRO, 2002.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO: NUMERAÇÃO PROGRESSIVA DAS SEÇÕES DE UM DOCUMENTO ESCRITO: APRESENTAÇÃO. RIO DE JANEIRO, 2003.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO: RESUMO: APRESENTAÇÃO. RIO DE JANEIRO, 2003.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO: CITAÇÕES EM DOCUMENTOS: APRESENTAÇÃO. RIO DE JANEIRO, 2002.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO: TRABALHOS ACADÊMICOS; APRESENTAÇÃO. RIO DE JANEIRO, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. NORMAS DE APRESENTAÇÃO TABULAR. 3. ED. RIO DE JANEIRO, 1993.

FGV - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA. 3. ED. ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO, Biblioteca Karl A. Boedecker. São Paulo: FGV-EAESP, 2003. 95 p. (normasbib.pdf, 462kb). Disponível em: <www.fgvsp.br/biblioteca>. Acesso em: 23 set. 2004.

IENH. **Manual de normas de ABNT**. Disponível em: <www.ienh.com.br>. Acesso em: 23 set. 2004.

OLIVEIRA, N. M.; ESPINDOLA, C. R. Trabalhos acadêmicos: recomendações práticas. São Paulo: CEETPS, 2003.

Tipo de Documento:	Documento Suporte	Emissão	Próxima revisão
Título do Documento:	Modelo de Trabalho de Conclusão de Curso CAPM	Fev/2022	Fev/2024

ELABORADO POR	REVISADO POR	APROVADO POR
Luciana Jordão Thiago Henrique Costa Silva Sophia Wieczorek Lobo	Tatiane Ferreira Vilarinho	Leon Denis da Costa
05/02/2022	07/02/2022	27/11/2023

1. HISTÓRICO

Versão	Data	Descrição
01	05/02/2022	Emissão inicial
02	27/11/2023	Revisão das normas ABNT NBR 10520/2023